

## ACM conclama Congresso a buscar acordo sobre regras para as MPs

*Ao presidir sessão em que foram aprovadas 11 medidas provisórias, ele reafirma sua determinação no sentido de unir deputados e senadores em torno de uma solução negociada*



Antonio Carlos preside sessão do Congresso em que foram aprovadas 11 medidas provisórias

O Congresso Nacional, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, aprovou ontem 11 medidas provisórias e a liberação de crédito especial para o Ministério da Saúde. Durante a sessão, o presidente reafirmou a sua determinação de trabalhar no sentido de unir deputados e senadores em torno do objetivo de elaborar e votar, até junho, novas regras para a edição de MPs pelo Executivo e sua apreciação pelo Legislativo. Ele conclamou os parlamentares a se engajarem num trabalho formal e informal na busca de "um denominador comum". **Página 3**

### Departamento inteiro da prefeitura de SP trabalhava para banco, revela Kleinübing

A situação do ex-coordenador da Dívida Pública da prefeitura de São Paulo, Wagner Baptista Ramos, complicou-se com o depoimento do seu ex-assessor, Pedro Neiva Filho, segundo avaliação feita pelo senador Wilson Kleinübing (PFL-SC). Além dos dois e de Nivaldo de Almeida, também funcionário da prefeitura de São Paulo, apareceu



Wilson Kleinübing

outro nome, o de Maria Helena Cela, chefe de Contabilidade da Secretaria de Finanças. Para o senador, "quase todo um departamento da prefeitura de São Paulo estava trabalhando para o Vetor, uma relação claramente incestuosa".

À meia-noite, os senadores da CPI dos Precatórios estavam interrogando o dono da corretora Negocial, Fábio Pazzanese Filho.

Um pouco antes, eles inquiriram o corretor Rubem Cenci da Silva, sócio da holding controladora da corretora Perfil. No início da madrugada de hoje, a CPI prosseguiu com a acareação dos depoentes, entre eles Wagner Ramos, iniciada na quarta-feira.

Ontem, a CPI ouviu também o secretário de Finanças do estado do Rio Grande do Sul e o ex-secretário de Finanças de Goiânia. **Página 5**

### NESTA EDIÇÃO

**Távola e Abdias exaltam a obra de Castro Alves**

**Página 8**

**Quintanilha e Júnia querem debater clones**

Júnia sugeriu criar comissão do Senado para examinar questões bioéticas das pesquisas científicas. Quintanilha solicitou a realização de um seminário sobre manipulações genéticas. **Página 2**

# Senadores pretendem debater clonagem

Júnia Marise propõe comissão temporária para examinar as questões bioéticas, enquanto Leomar Quintanilha requer a realização de seminário sobre manipulações genéticas

## Waldeck reclama implantação de comitê de rios

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) dirigiu ontem apelo ao Ministério do Meio Ambiente no sentido de apressar a implantação do Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos para os rios São Francisco e Parnaíba, que, conforme destacou, formam as duas bacias hidrográficas mais importantes do Nordeste.

Na opinião do senador, a nova lei de recursos hídricos, aprovada recentemente, não impede que medidas urgentes sejam adotadas para que - a exemplo do que já aconteceu no complexo Juazeiro-Petrolina - o Nordeste possa dispor de mais um pólo econômico de destaque.

Após elogiar reportagem do *Globo Rural* sobre as potencialidades do Vale do Salitre, em Juazeiro (BA), Waldeck disse que uma política de irrigação para o Nordeste é de fundamental importância para a região. Ele lamentou que os nordestinos não tenham um único projeto novo apresentado a organismo internacional de crédito, como BID e Bird.

A criação de uma comissão temporária do Senado para examinar as questões bioéticas envolvendo a realização de pesquisas científicas de duplicação de seres humanos (clonagem) foi requerida ontem pela senadora Júnia Marise (PDT-MG), que pretende assim possibilitar ao Brasil definir, junto com a comunidade internacional, um tratamento uniforme ao assunto.

A senadora considera até a possibilidade de que tais duplicações já estejam sendo praticadas. Para ela, há urgência portanto de se analisar os aspectos éticos que envolvem esse tipo de clonagem e o impacto que tais experiências poderão ter sobre a raça huma-



Júnia



Quintanilha

na. Já Leomar Quintanilha (PPB-TO) apresentou requerimento solicitando a realização de um seminário sobre manipulações genéticas, a ser promovido pelo Senado Federal, "com a participação de representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, da comunidade científica brasileira e da sociedade civil".

O seminário, segundo a proposição de Quintanilha, deverá discutir e analisar, desde o ponto de vista da moral e da ética, aspectos ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico e questões relacionadas com a reprodução artificial biocelular de animais e biomolecular de plantas.

## Jonas sugere prêmio para escoar produção rural

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ontem ao governo que implemente o Prêmio para o Escoamento da Produção (PEP) e o Contrato de Opção, por considerar que esses mecanismos podem auxiliar na solução dos problemas enfrentados pelos produtores rurais, em especial os que vivem nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Conforme o senador, essas medidas seriam muito benéficas ao estado de Mato Grosso, onde as condições para o escoamento da produção são, a seu ver, mais complexas e limitadas e os preços dos produtos agrícolas, por consequência, mais baixos.

O senador disse que o Prêmio para o Escoamento da Produção já foi utilizado com sucesso para a garantia de preços mínimos do trigo da safra recém-encerrada. Segundo ele, a medida desonerou o governo federal da necessidade de formar estoques e viabilizou o escoamento da produção direta do produtor para os compradores tradicionais do produto.



Jonas

## Napoleão prega a união das lideranças do Piauí

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), propôs ontem a criação de um fórum de debates permanentes em torno dos problemas do Piauí, sob o nome *Encontros do Piauí - Resgate da Esperança*. Ele



Napoleão

conclamou a união de políticos, empresários, trabalhadores e líderes comunitários piauienses em torno dessa idéia para que se possa elaborar uma pauta de ações que viabilizem o desenvolvimento do Piauí.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (18.03.97)

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação das seguintes matérias: \*Substituto ao PLS nº 207/95, que altera dispositivos do Código Penal; \*PLS nº 142/96, que estende benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural; \*Mensagem nº 70/97, que solicita a retirada do PLC nº 3/97, de iniciativa do presidente da República, que dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 6.302/75, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; e \*PLS nº 200/95, que regulamenta o parágrafo 2º do art. 208 da Constituição.

14h30 - Sessão do Senado (Agenda em aberto)

**Pauta:** O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será de-

dicado à comemoração do Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

### COMISSÕES

Terça-feira (18.03.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Indicação do nome de Nelson Jobim para o Supremo Tribunal Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (19.03.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; \*PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; e \*PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

# ACM conclama congressista a rever MPs

*Presidente do Congresso quer unir deputados e senadores em torno do objetivo de elaborar e votar, até o próximo mês de junho, um novo sistema para a edição de medidas provisórias*

Com a participação de mais de 400 parlamentares, o Congresso Nacional realizou na manhã de ontem sessão, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, na qual foram aprovadas 11 medidas provisórias e a liberação de crédito especial para o Ministério da Saúde. Antonio Carlos externou a determinação de trabalhar no sentido de unir deputados e senadores em torno do objetivo de elaborar e votar, até o próximo mês de junho, um novo sistema para a edição das medidas provisórias pelo Executivo e sua apreciação pelo Legislativo.

O presidente do Congresso exortou todos os parlamentares a se engajarem num trabalho formal e informal, "a fim de encontrarmos um denominador comum" até aquela data, com cada deputado e senador levando em consideração também as propostas sobre o assunto em tramitação na outra Casa.

Antonio Carlos acatou sugges-



ACM exortou parlamentares a chegar a um denominador comum sobre as medidas provisórias

tão do líder do PT, deputado José Genofino, para realizar reunião de líderes sobre o assunto, na próxima semana. O senador esclareceu ao plenário que o substitutivo Fogaça e todas as propostas relativas a MPs em tramitação no Senado estão agora na Comissão de Justiça, com data marcada para entrar na Ordem do Dia em 10 de abril.

O presidente do Congresso

anunciou também que, seguindo o acordo de lideranças que permitiu a votação das medidas provisórias consensuais na sessão de ontem, "na próxima sessão do Congresso Nacional as matérias polêmicas, que não têm o entendimento geral, também serão colocadas em votação, de acordo com sugestão da oposição, para que sejam decididas pelo voto no plenário das duas Casas". A vo-

tação do veto do presidente da República a dispositivo da lei de planejamento familiar foi adiada.

Falaram ainda na sessão o líder do PDT na Câmara, Miro Teixeira, que apoiou a revisão da atual sistemática de edição e apreciação de MPs, e o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, que destacou a importância da busca da convergência.

## Arruda apóia reunião às quintas-feiras

A realização de sessões do Congresso Nacional nas manhãs das quintas-feiras foi considerada uma ideia "bem-sucedida" pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo. Ele defendeu a continuidade dessa prática que permitiu a votação de 11 medidas provisórias e um crédito suplementar.



Arruda

José Roberto Arruda foi favorável à aprovação de requerimento apresentado pelo líder do PT na Câmara dos Deputados pedindo a suspensão da sessão, o que adiou a votação do veto do presidente da República a dispositivo de projeto que regulamenta o controle da natalidade.

## Onze medidas provisórias aprovadas

O plenário do Congresso, em sessão realizada ontem, aprovou 11 medidas provisórias, entre as quais a de nº 1.532-2, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Também aprovou projeto que autoriza o Executivo a conceder crédito especial de 191,5 milhões ao Ministério da Saúde.

Foram aprovadas, entre outras, as Medidas Provisórias 1.536-22, que reduz o Imposto de Importação; 1.533-2, que extingue créditos oriundos de contribuições arrecadadas pelo INSS; 1.544-19, que cria a gratificação de condição especial de tra-

balho para os servidores militares das Forças Armadas, e auxílio funeral a ex-combatentes; 1.545-15, sobre fundos de compensação e variações salariais; de estabilidade do Seguro Rural; e de treinamento e desenvolvimento; e 1.552-10, autorizando ao Ministério do Planejamento crédito extraordinário de R\$ 21 milhões.

Também mereceram aprovação do Congresso as MPs 1.557-6, que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pequenas nacionais; 1.568, que transforma o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais)

em autarquia federal; e a 1.464-18, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728/65.

As outras medidas provisórias aprovadas foram a 1.466-10, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União, recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário até o limite de R\$ 8 bilhões; e 1.470-16, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024/74 e o Decreto-Lei nº 2.321/87.

# Ademir elogia ato do governo português

Senador exalta iniciativa do primeiro-ministro Antônio Guterres de propor à União Européia que turistas brasileiros possam permanecer até seis meses sem visto em qualquer país do bloco

## Proposta de Chirac atrai Alcântara

Os diplomatas e os empresários brasileiros devem analisar criteriosamente os dados e a proposta apresentados pelo presidente francês, Jacques Chirac, em sua visita ao Brasil, salientou ontem Lúcio Alcântara



Lúcio Alcântara

(PSDB-CE).

O senador disse que Chirac propôs, em discurso proferido no Congresso brasileiro, a organização de uma reunião de cúpula, no final de 1998, entre os chefes de Estado dos 15 países-membros da União Européia e dos

países da América Latina para aprofundar relações culturais, políticas e comerciais.

A seu ver, num momento em que o Brasil enfrenta uma série de barreiras para colocar suas exportações no mercado internacional, é imperioso que os empresários brasileiros "também se voltem para a União Européia".

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou ontem a iniciativa do primeiro-ministro português, Ant



Ademir

tônio Guterres, de encaminhar à União Européia proposta no sentido de permitir que turistas brasileiros possam permanecer até seis meses, sem necessidade de visto, em qualquer país membro daquele bloco.

Após salientar que "os laços que ligam o Brasil a Portugal são muitos e fortes", Ademir Andrade observou que, por isso, não se surpreendeu com a notícia, divulgada no último dia 4 pelo jornal *O Globo*, sobre a proposta de Antônio Guterres aos parceiros de Portugal na União Européia.

O senador informou que a proposta portuguesa prevê mais facilidades - como a concessão de vistos de trabalho ou de residência a brasileiros - por parte dos demais países europeus.

- Trata-se de uma atitude profundamente elogiável, porque, caso a postulação seja bem-sucedida, os brasileiros poderão conhecer as maravilhas do Velho Continente com muito mais tranquilidade - acrescentou.

A propósito, Ademir Andrade disse que o Itamaraty deveria somar esforços aos do governo português no sentido da aprovação da medida que, a seu ver, será altamente positiva para os cidadãos brasileiros.

## Embaixador e bispo visitam Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Paulo Tarso Flecha de Lima, e concedeu audiência ao bispo diocesano de Duque de Caxias, d. Mauro Morelli, que veio pedir o apoio do Congresso Nacional para as comemorações do Dia Mundial da Alimentação e às iniciativas de combate à fome no país.

De acordo com o religioso, Antonio Carlos prometeu todo

o apoio do Legislativo para divulgar o Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) e estimular debates políticos sobre a questão da fome e as iniciativas capazes de reduzir a dimensão do problema no Brasil.

Já o embaixador Paulo Tarso aproveitou o encontro para cumprimentar Antonio Carlos Magalhães por sua eleição para dirigir os trabalhos do Senado e do Congresso nos próximos dois anos.



ACM recebe Flecha de Lima...



... e o bispo d. Mauro Morelli

## Trabalho da Secretaria Geral é valorizado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que o desempenho da Secretaria Geral da Mesa no apoio às atividades legislativas do Senado e do Congresso Nacional está ao nível do que se encontra nos Parlaentos mais bem estruturados do mundo. As declarações foram feitas durante visita à secretaria, realizada na tarde de ontem.

O senador elogiou o trabalho dos funcionários da Casa, que vem conhecendo de perto através de visitas aos diferentes setores, iniciadas logo após a sua posse na presidência do Senado.

- Os funcionários que trabalham - e eles representam a grande maioria aqui no Senado - são excelentes - afirmou.



Presidente visita Secretaria Geral

Acompanhado pelo secretário-geral, Raimundo Carneiro Silva, Antonio Carlos encerrou a visita às diversas subsecretarias da Secretaria Geral dizendo-se satisfeito por encontrar uma estrutura modernizada e útil à Casa, a qual ainda pretende aprimorar, ao longo de seu mandato na presidência do Senado.

Na Secretaria Geral da Mesa,

as Subsecretarias de Coordenação Legislativa, uma para o Senado e outra para o Congresso, preparam todas as matérias para a Ordem do Dia nestes dois plenários e assessoram o presidente na condução das sessões; a de Comissões coordena o trabalho das comissões permanentes, especiais e de inquérito; a de Taquígrafia registra a íntegra das sessões; a de Expediente prepara a correspondência oficial que o presidente assina, inclusive os projetos que vão à sanção e à promulgação; a de Ata prepara o *Diário do Senado Federal*, que circula diariamente, já com a transcrição do trabalho do plenário na véspera.

As Subsecretarias de Coordenação Legislativa, uma para o Senado e outra para o Congresso, preparam todas as matérias para a Ordem do Dia nestes dois plenários e assessoram o presidente na condução das sessões; a de Comissões coordena o trabalho das comissões permanentes, especiais e de inquérito; a de Taquígrafia registra a íntegra das sessões; a de Expediente prepara a correspondência oficial que o presidente assina, inclusive os projetos que vão à sanção e à promulgação; a de Ata prepara o *Diário do Senado Federal*, que circula diariamente, já com a transcrição do trabalho do plenário na véspera.

# Requião aponta lisura de emissões do RS

*Listas de precatórios foram elaboradas pelo Tribunal de Justiça e os títulos emitidos não sofreram deságio, segundo informa secretário de Finanças gaúcho, César Augusto Busatto*

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), disse ontem, após o depoimento prestado pelo secretário de Finanças do estado do Rio Grande do Sul, César Augusto Busatto, não ter dúvidas de que as operações de emissão de títulos públicos estaduais destinadas ao pagamento de precatórios foram de "lisura ímpar". O relator assegurou que a convocação foi feita "em respeito ao princípio de isonomia", pois o Rio Grande do Sul emitiu títulos em 1995 e 1996, período coberto pelas investigações da CPI.

Antes do depoimento, Romeu Tuma (PFL-SP) comunicou que ele e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encerraram a diligência junto à Internac e à ADS, empresas que prestaram consultoria e



Cairo Antônio Peixoto (D), ao depor ontem à noite

assessoria de comunicação ao Banco Vector. O relatório final e a documentação foram entregues ao presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM).

César Busatto destacou as principais informações enviadas pelo governador Antônio Britto à CPI: o Rio Grande do Sul fez cinco emissões para pagamento de precatórios vencidos até 1988, num total de

R\$ 58 milhões.

As listas de precatórios foram feitas pelo Tribunal de Justiça e os títulos emitidos não sofreram deságio. Os recursos gerados pela emissão foram vinculados, tanto que constam das dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça gaúcho, disse o secretário.

A CPI ouviu também, na noite da noite de ontem, o ex-

secretário de Finanças de Goiânia, Cairo Antônio Vieira Peixoto, que não assumiu a responsabilidade pela lisura da lista de precatórios da prefeitura. Segundo ele, a lista foi elaborada pela assessoria da Secretaria de Finanças, Procuradoria Geral do município e Tribunal de Justiça de Goiás, mas a prefeitura acabou desistindo de emitir títulos.

Conforme Cairo Peixoto, a prefeitura tinha um acordo com o Tribunal de Justiça de destinar R\$ 40 mil mensais ao pagamento de precatórios, mas tentou antecipar a quitação dos débitos. Sem experiência em emissão, a secretaria procurou Wagner Baptista Ramos. Pedro Neiva Filho, ex-assessor de Wagner Ramos na prefeitura de São Paulo, iniciou seu depoimento à CPI pouco antes das 19h, em sessão secreta.

## Na acareação, dono do Banco Vector desmente Wagner Baptista Ramos

Em acareação iniciada na quarta-feira pela CPI dos Precatórios, o ex-coordenador da Dívida Pública da prefeitura de São Paulo, Wagner Baptista Ramos, negou inicialmente ter conhecimento de contrato entre o Banco Vector e a corretora Perfil, empresa pela qual recebeu comissões pelo lançamento de títulos públicos para pagamento de precatórios nos estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina.

Desmentindo-o, o dono do Banco Vector, Fábio Barreto Nahoum, apresentou a íntegra do contrato ao presidente da CPI, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), em que constava a assinatura de Wagner Ramos como testemunha. "Não me lembrava do contrato", retificou.

O relator da CPI, senador

Roberto Requião (PMDB-PR), solicitou que a acareação fosse suspensa para que pudesse contar ontem com a participação de outros envolvidos: Gérson Martins, Rubens Cenci da Silva e Luís Calábria, diretores da corretora Perfil; Genival de Almeida Santos e Galdino de Faria Alvim Neto, do Banco MaxiDivisa; o diretor do Banco Vector, Ronaldo Ganon; e os donos da corretora Negocial, Fábio Pazzanese Filho e Luís da Cunha Priolli. Os representantes do MaxiDivisa e da Negocial, assim como Ronaldo Ganon, do Vector, deporiam antes da acareação.

Wagner Ramos admitiu à CPI que recebeu, pelas operações de lançamento dos títulos

de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina, o total de US\$ 1.396.000, depositados no exterior em duas contas, mais R\$ 150 mil. Em resposta a pergunta de Requião, ele também admitiu ter recolhido imposto de renda apenas dos R\$ 150 mil, depositados no Brasil. Wagner Ramos negou ter recebido US\$ 36 milhões, como afirmou Nahoum à CPI dos Precatórios.

O senador Roberto Requião afirmou ontem concordar com o dono do Banco Vector, Fábio Nahoum, para quem as operações com títulos públicos não poderiam ser desenvolvidas sem a participação dos grandes bancos e fundos de pensão.

**Ex-coordenador não se lembrava de contrato que assinou**

## Presidente e relator da CPI esclarecem dúvida de espectador

A TV Senado vai realizar na próxima sexta-feira, dia 21, às 21 horas, a partir dos seus estúdios, um programa inteiramente dedicado a dar respostas à população de todo o país sobre a CPI dos Precatórios. Os espectadores que têm dúvidas sobre os trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito já podem encaminhar suas perguntas ao Senado, pelo telefone 0800-612211 ou pelo fax (061) 311-1067. As perguntas poderão ser feitas pelos telespectadores também durante a realização do programa.

As explicações sobre os trabalhos da CPI serão dadas ao vivo pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Roberto Requião (PMDB-PR), respectivamente, presidente e relator da comissão, que poderão convidar outros senadores a participar do programa.

# Autorizada rolagem de dívida de São Paulo e Sergipe

*Novo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, José Serra afirma que governo paulista ficaria em situação difícil se não pudesse emitir os títulos agora*

O plenário do Senado autorizou ontem o governo do estado de São Paulo a emitir letras estaduais para rolagem de 98% da dívida mobiliária estadual que vence neste mês, no valor de R\$ 418 milhões. O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator da matéria, informou ao plenário que analisou detidamente o pedido do governo de São Paulo e as considerações do Banco Central e não viu qualquer indicio de irregularidade.

- Os títulos estaduais serão vendidos para bancar a rolagem da dívida que vence agora. Não é dívida para pagar precatórios - afirmou Waldeck Ornelas.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) protestou porque a votação de rolagem de dívidas só foi incluída na tarde do dia 12 na Ordem do Dia de ontem. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que o assunto foi colocado em pauta a requerimento dos líderes dos partidos que apoiam o governo, os quais argumentaram que vence neste final de semana uma parte dos títulos do governo paulista.

O novo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos,

senador José Serra (PSDB-SP), esclareceu ao plenário que o governo de São Paulo ficaria numa situação difícil caso o Senado não desse a autorização de lançamento de títulos. José Serra informou que o Senado está aprovando as últimas rolagens de títulos porque os estados

vêm assinando com o governo federal acordos para pagar suas dívidas em 30 anos.

O senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) disse que estranhava a rapidez com que o assunto tramitou no Senado, lembrando

que só no dia 3 de fevereiro o governo de São Paulo encaminhou o pedido, e leu trecho do parecer do Banco Central onde se recomenda a rolagem de 63% dos títulos, mas a Comissão de Assuntos Econômicos elevou o percentual para 98%. Só dois senadores votaram contra - Jäder Barbalho e Lauro Campos (PT-DF).

Os senadores aprovaram também autorização para que o governo de Sergipe faça rolagem de títulos mobiliários que vencem neste primeiro semestre, no valor de R\$ 35 milhões. Jader Barbalho e Lauro Campos também votaram contra.

**Jäder Barbalho  
e Lauro  
Campos votam  
contra pedido**

## Senado aprova contratação de empréstimos

Também ontem o plenário do Senado autorizou o governo federal a tomar um empréstimo de US\$ 268 milhões junto ao Banco de Importação e Exportação do Japão para financiar parcialmente o metrô de Fortaleza.

O governo do Tocantins igualmente foi autorizado a assinar um empréstimo com o Banco de Importação e Exportação do Japão no valor de US\$ 48 milhões, destinado a bancar o Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária do estado.

O governo da Bahia também poderá tomar um empréstimo de 12,5 milhões de marcos alemães do KfW para financiar parcialmente o Projeto de Saneamento Básico do estado. O Projeto de Proteção da Floresta Atlântica no Paraná vai contar com um financiamento do KfW, no valor de 18 milhões de marcos alemães.



Odacir promete aos aposentados empenho para manter direitos adquiridos

## Odacir recebe Confederação Nacional dos Aposentados

O senador Odacir Soares (PFL-RO) recebeu ontem em seu gabinete representantes da Confederação Nacional dos Aposentados, que lhe apresentaram sugestões para a reforma da Previdência e se mostraram preocupados com o modelo de reforma que está sendo discutido no Congresso.

- Nós estamos numa luta pelo respeito às garantias constitucionais e sabemos que o senhor é um aliado na defesa de nossas garantias - afirmou o presidente da confederação, Domingos Travesso.

Odacir disse que vai empenhar-se para que as conquistas dos aposentados sejam asseguradas. "Vou articular-me

aos senadores que têm a mesma posição que defendo para garantir a integralidade dos vencimentos e a manutenção dos direitos adquiridos, que já estão inscritos na Constituição e que estabelecem a mesma remuneração daqueles que estão na ativa aos aposentados e pensionistas", assegurou o senador.

# Lucena cobra transposição do São Francisco

*Além de promover a irrigação, projeto tem objetivo de "dar água de beber aos nordestinos", afirma senador, que faz apelo ao presidente da República*



Josaphat Marinho

## Josaphat destaca homenagens da Bahia a Irmã Dulce

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) destacou ontem as homenagens que estão sendo dedicadas na Bahia à memória de Irmã Dulce, uma figura que, segundo o parlamentar, prestou importante serviço na área social, sempre "vigilante no seu sentimento de solidariedade humana".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associando-se às homenagens, salientou que as obras sociais de Irmã Dulce têm grande valor na Bahia ainda hoje. Segundo ele, o apoio do então presidente da República, José Sarney, foi indispensável para que a religiosa garantisse a continuidade das suas obras.

Josaphat Marinho ressaltou que o Hospital Santo Antônio, construído por Irmã Dulce num "esforço pessoal e hercúleo", funciona até hoje "de portas abertas para a população carente". Com quase mil leitos e os serviços complementares de consulta, pesquisa laboratorial e assistência alimentícia, o hospital é estabelecimento modelar.

Para o senador, é impróprio falar em caridade em relação a Irmã Dulce, pois, assinalou, seu trabalho foi de missionária, marcado pela solidariedade humana.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) pediu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso a realização, ainda em seu governo, das obras para a transposição das águas do rio São Francisco, com a construção de canais atravessando os estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. De acordo com o senador, o projeto, além da irrigação, tem o objetivo de "dar água de beber aos nordestinos". O presidente Fernando Henrique Cardoso, informou Humberto Lucena, estará na Paraíba no próximo dia 21.

O plano de transposição das águas do São Francisco, conforme disse, prevê, também, melhor utilização



Humberto Lucena

da água armazenada pelos açudes de Orós (CE), Castanhão (CE), Coremes (PB), Boqueirão (PB), Santa Cruz (RN) e Armando Ribeiro (RN).

Segundo o senador, o projeto vai beneficiar mais de 6 milhões de pessoas, reduzir a vazão do São Francisco - minimizando o impacto da geração hidrelétrica - e pos-

sibilitar o uso da água para fins ecológicos e de irrigação.

Lucena frisou que, de acordo com o secretário especial de Políticas Regionais, Fernando Catão, as dificuldades do ponto de vista político estão sendo superadas por meio de entendimentos com os governadores de Minas Gerais e da Bahia.

- As águas do São Francisco têm que beneficiar todos os estados da região - afirmou o senador, ao informar que o projeto tem como objetivo aumentar a segurança hídrica no semi-árido da região Nordeste, área que mais sofre com a ocorrência de secas prolongadas no país.

## Nabor pede campanha da Globo em favor do Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apelou ontem ao presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, para que promova, com o apoio dos órgãos de comunicação da empresa, uma campanha em favor dos flagelados das enchentes do Acre. Segundo o senador, a população brasileira é sensível a esse tipo de apelo, tendo sempre atendido a outras regiões que passaram por problemas semelhantes.

Nabor Júnior disse que a capital do estado, Rio Branco, está com mais de 60 bairros inundados pela cheia do rio Acre, o que corresponde a



Nabor Júnior

50% da área física da cidade. Ele informou que os municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa e Feijó também estão em sérias dificuldades.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comprometeu-se a enviar o discurso de Nabor Júnior ao empresário Roberto Marinho.



Ney Suassuna

## Para Suassuna, obra amenizará o ciclo de secas

Só a transposição das águas do rio São Francisco amenizará o ciclo de secas previsto pelos institutos meteorológicos para o Nordeste, segundo afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele lembrou que em Barra de São Miguel, na Paraíba, por exemplo, "não chove há doze anos e nem as cascavéis sobreviveram".

Na opinião do senador, a existência da seca na região pode ser constatada pelas "enxurradas de prefeitos" do Semi-Árido que chegam a Brasília em busca de recursos que possam garantir o fornecimento de água para consumo humano e animal em seus municípios.

# Távola exalta Castro Alves nos 150 anos de nascimento

Presidente do Senado também lembra a data e afirma que a homenagem representa o pensamento de todos os brasileiros

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) destacou ontem a comemoração dos 150 anos de nascimento de Castro Alves, referindo-se à sua trajetória poética e atuação na liderança dos movimentos libertários no país registrados na segunda metade do século passado.

O senador lembrou que o poeta nasceu no dia 14 de março de 1847, em Cachoeira, Bahia. Disse que, aos 15 anos, Castro Alves escreveu sua primeira po-



Artur da Távola

esia, mas foi aos 16 que dois fatos marcaram a vida do poeta: a publicação do primeiro poema intitulado *Meu Segredo* e a manifestação dos primeiros sintomas da tuberculose.

Távola disse que a perda dos familiares, a doença e a depressão causada pela separação de Eugênia Câmara marcaram para sempre o estilo do poeta. Assinalou que, em 1864, após perder um irmão, Castro Alves escreveu *Mocidade e Morte*.

Em aparte, Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que Castro Alves não era apenas um poeta baiano, mas um poeta nacional que "está vivo no coração de seu povo e de seu país". Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) também elogiou o discurso de Artur da Távola.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por sua vez, afirmou que a homenagem "representa o pensamento de todos os brasileiros ao poeta que teve uma vida intensa em favor dos grandes ideais de liberdade".

## Tuma aplaude a atuação do ministro dos Transportes

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou ontem o ministro dos Transportes, Alcides Saldanha, que, a seu ver, está implantando uma "revolução" na área. Um das decisões elogiada pelo senador é a prioridade para a restauração de rodovias existentes, evitando-se a construção de novas. "Na impossibilidade do atendimento imediato de toda a malha rodoviária, o governo federal buscou parceria com a iniciativa privada e governos estaduais", assinalou.

Segundo Tuma, a outorga de concessão a empresas particulares para a conservação de estradas já atingiu mil quilômetros, e a meta é conceder mais 6 mil quilômetros nos próximos anos. "Trata-se de um avanço significativo que, aliado a outras iniciativas, viabilizará a conservação da malha rodoviária", assinalou.

O senador elogiou também a política ferroviária do ministério. Segundo ele, mais de 80% das ferrovias nacionais estão sendo dirigidas por empresas particulares, "desonrando o Estado de recursos vultosos que, certamente, haverão de ser investidos em outros setores prioritários".



Tuma

## Para Abdias, "poderosa voz contra escravidão"

É necessário erradicar o racismo e o preconceito no país, principalmente no sistema educacional, afirmou ontem o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), ao lembrar os 150 anos de nascimento do poeta Castro Alves, comemorados hoje.

Castro Alves foi "uma das mais poderosas vozes de denúncia e de alerta sobre a infâmia da escravidão", disse o senador, para quem o poeta não era um devoto da piedade, como alguns críticos literários

tentaram qualificá-lo. "Pelo contrário, no célebre poema *Navio Negro*, ele nos impõe uma reflexão sobre a condição humana e nos força a tocar a carne viva da barbárie do homem contra o homem."

O senador lamentou que, por conta do racismo e do preconceito, a primeira geração de escritores afro-brasileiros só veio surgir na década de 70. Até então, explicou Abdias, o que tínhamos



Abdias

eram exceções, escritores negros isolados. Hoje, a maioria deles está organizada em grupos como o Quilombhoje Literatura, o Negricia e os GENS, entre outros, que "deitam por terra as muralhas do mercado editorial brasileiro".

Em aparte, Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que "o Brasil ainda tem um rescaldo de racismo e isso tem que ser eliminado completamente".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, RONALDO CUNHA LIMA, EMÍLIA FERNANDES, NEY SUASSUNA E LUCÍDIO PORTELLA

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flávio Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Pios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Katume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.